



A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E A TRAJETÓRIA DA EJA NA REDE SESI BAHIA: UMA LEITURA HISTÓRICO-CRÍTICA

Maria Aparecida Góes Santiago¹; José Humberto da Silva²

¹ Mestranda do PPGEJA – Universidade do Estado da Bahia, atualmente é professora de linguagens, Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da Escola SESI - Unidade Reitor Miguel Calmon, é participante do grupo de pesquisa Formação, Trabalho e Itinerários Juvenis - FÓRTIS. E-mail: maria.aparecidagoes@gmail.com;

² Pós-Doutorado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação DEDC/Campus I, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - PPGEJA. Coordenador da Área 1 -Trabalho e Educação do PPGEJA,). Líder do grupo de pesquisa Formação, Trabalho e Itinerários Juvenis (FORTIS/UNEB/CNPq), professor pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sócio-Cultural (Unicamp). E-mail: zeuneb@hotmail.com.

EIXO TEMÁTICO 5 : EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDES NA EJA

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem desempenhado papel fundamental na formação da classe trabalhadora brasileira, constituindo-se como espaço de reparação histórica e de disputa simbólica em torno do direito à educação. No âmbito da rede SESI Bahia, sua trajetória reflete os tensionamentos entre a função social da educação e as demandas produtivas da indústria. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, busca compreender como a EJA do SESI se configurou historicamente como um projeto formativo alinhado às transformações políticas, econômicas e pedagógicas do país.

Como observa Saviani (2011, p. 65), a educação é “um fenômeno social e um processo que se inscreve na totalidade das relações sociais”, o que implica compreendê-la a partir de suas determinações históricas e de classe. Assim, o estudo analisa o papel do SESI na formação dos trabalhadores e suas famílias desde a criação do Serviço Social da Indústria em 1946, identificando como a modalidade EJA foi sendo incorporada e ressignificada ao longo do tempo.

A análise fundamenta-se na concepção materialista histórico-dialética, reconhecendo que o desenvolvimento educacional do SESI expressa a relação entre as condições objetivas da produção e as formas de escolarização oferecidas à classe trabalhadora. Conforme aponta Silva (2009, p. 41), “não há como pensar a educação e seus processos formativos de modo isolado do contexto sociopolítico e econômico em que ela está imersa”.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, apoiada em revisão bibliográfica e análise documental (Pereira, 2021). Foram examinadas dissertações, monografias e relatórios institucionais do SESI, além de documentos oficiais como a Carta da Paz Social (1945) e o Decreto-Lei nº 9.403/1946, que atribuiu à Confederação Nacional da Indústria a criação do Serviço Social da Indústria. Segundo o Decreto, competia ao SESI “executar medidas que contribuam para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas”, incluindo ações educativas e culturais (Brasil, 1946).



A análise documental permitiu compreender que, embora o decreto não previsse explicitamente a ampliação do acesso à educação formal, estabelecia a formação moral, cívica e profissional dos trabalhadores como eixo central de atuação, associando educação à produtividade e à disciplina social.

Os aportes teóricos de Saviani (2011), Arroyo (2013) e Xavier (2019) contribuíram para situar o desenvolvimento da EJA do SESI em relação às políticas de formação da classe trabalhadora no Brasil, considerando as contradições entre as dimensões emancipatórias e instrumentais da educação de adultos.

As fontes analisadas revelam que a fundação do SESI ocorreu em um contexto de reestruturação do Estado brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, marcado pela expansão da indústria e pelo fortalecimento do discurso do desenvolvimento nacional. A Carta da Paz Social (1945), elaborada por empresários reunidos na I Conferência das Classes Produtoras, já defendia que “uma sólida paz social [...] há de resultar precipuamente de uma obra educativa, por meio da qual se consiga fraternizar os homens” (SESC, 2012, p. 11).

Essa concepção, voltada à conciliação entre capital e trabalho, perpassou a atuação inicial do SESI, cuja educação destinava-se a formar trabalhadores “úteis, higiênicos e produtivos” (Freitas, 2017, p. 45). A EJA no SESI emergiu, portanto, em consonância com o ideário do desenvolvimento industrial e da valorização da força de trabalho, reproduzindo a lógica assistencialista e moralizadora que marcou a política social do período Vargas.

Durante as décadas seguintes, o SESI diversificou suas ações educativas. Na Bahia, os primeiros programas de alfabetização de adultos surgiram em 1948, vinculados às necessidades das indústrias locais. Nos anos 1970 e 1980, a instituição aderiu a programas nacionais como o Telecurso 1º Grau, desenvolvido em parceria com a Fundação Roberto Marinho e o MEC, ampliando o acesso, mas mantendo um viés supletivo e compensatório. Como assinala Paiva (2022, p. 45), essas iniciativas refletiam “um processo ideológico que buscava disciplinar a mão de obra de acordo com as concepções morais do empresariado da época”.

Nos anos 1990, com o avanço das reformas neoliberais e da reestruturação produtiva, o SESI reformulou suas propostas, incorporando a Educação a Distância e a certificação por competências. Em 2015, consolidou-se a Metodologia de Reconhecimento de Saberes (MRS), inspirada na experiência portuguesa dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC). Segundo o próprio documento institucional, a MRS “busca reconhecer e certificar competências desenvolvidas ao longo da vida e do trabalho” (SESI, 2022, p. 3).

Rui Canário (2013), ao discutir a educação de adultos em Portugal, alerta que as políticas de reconhecimento de saberes devem ser compreendidas como “processos sociais de legitimação de experiências” e não como mera adaptação às exigências do mercado. Essa reflexão ajuda a problematizar a adoção da MRS no contexto brasileiro, onde a desigualdade estrutural e a precarização do trabalho impõem limites à universalização do direito à educação.

A análise da trajetória da EJA do SESI Bahia evidencia um percurso histórico marcado por contradições. Se, por um lado, a instituição ampliou o acesso à escolarização e à qualificação profissional de milhares de trabalhadores, por outro, manteve-se, em grande medida, vinculada a uma racionalidade produtivista.



Entretanto, como destacam Saviani (2011) e Silva (2009), reconhecer as mediações históricas não significa negar o potencial emancipador da educação. A EJA do SESI representa um espaço de disputa entre projetos: de um lado, a lógica empresarial da eficiência; de outro, o compromisso ético-político de garantir o direito à educação pública, crítica e transformadora.

A compreensão desse percurso histórico permite vislumbrar possibilidades de avanço, desde que o reconhecimento de saberes se articule à valorização das trajetórias dos sujeitos trabalhadores e à construção coletiva de uma educação verdadeiramente libertadora.

Palavras-chave: EJA; SESI; materialismo histórico-dialético; formação do trabalhador; justiça social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946**. Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9403.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.
- CANÁRIO, Rui. **Trabalho e formação de adultos: entre o ser e o ter**. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 208–226, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2700/7136>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- CANÁRIO, Rui. **Novos (des) caminhos da Educação de Adultos?** Perspectiva, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 555–579, 2013. Disponível em: https://periodicos.Ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-95X.2013v31n2p555/pdf_7. Acesso em: 27 out. 2025.
- FREITAS, Gisele Márcia de Oliveira. **Avaliação do ensino médio a distância na Educação de Jovens e Adultos do SESI Bahia**. 256 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2017.
- FREITAS, Gisele Márcia de Oliveira. **Design cognitivo socioconstrutivista para a produção do conhecimento na Educação de Jovens e Adultos a distância**. 312 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2023.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação 2022**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2023-agencia-de-noticias/releases/38092-em-2022-internet-estava-presente-em-91-5-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 27 out. 2025.



IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18366-internet-no-brasil.html>. Acesso em: 27 out. 2025.

PAIVA, Tássio José da Costa. **Políticas do SESI/AL em educação de adultos e de jovens e adultos: as narrativas dos sujeitos egressos da experiência com a Metodologia de Reconhecimento de Saberes**. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 2022.

PEREIRA, Antonio. **Pesquisa interventiva: fundamentos e práticas**. Salvador: EDUFBA, 2020.

PICANÇO, Alessandra de Assis. **Educação à distância e outros nós: uma análise das telessalas do Telecurso 2000 coordenadas pelo SESI na Bahia**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10224/1/Dissertacao_Assis%20Picanco.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

RIBEIRO, Sílvia Maria Nogueira. **A educação do trabalhador nos caminhos da responsabilidade social das empresas**. 94 f. Monografia (Especialização em Gestão de Iniciativas Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SESC – Serviço Social do Comércio. **Carta da Paz Social (1945)**. Rio de Janeiro: SESC, 2012 (1ª reimpressão). Disponível em: <http://www.sescrj.org.br/pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

SESI – Departamento Nacional. **Metodologia de Reconhecimento de Saberes (MRS): Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para a Educação de Jovens e Adultos**. 2. ed. Brasília: SESI/DN, 2022.

SILVA, Fernanda Brito da. **O caminho se faz caminhando: a implantação da metodologia de reconhecimento e validação de saberes no SESI Bahia**. 201 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2018.

SILVA, José Humberto da. **Os filhos do desemprego: jovens itinerantes do primeiro emprego**. Brasília: Liber Livro, 2009.

XAVIER, Cristiane Fernanda. **História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: inteligibilidades, apagamentos, necessidades e possibilidades**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 19, 2019.